

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# Semântica da enunciação, metassemântica e aquisição da escrita

Giovane Fernandes Oliveira

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13786>

Submetido em: 2025-10-16

Postado em: 2025-11-11 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Carmem Luci da Costa Silva (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6036-5285>)

## SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO, METASSEMÂNTICA E AQUISIÇÃO DA ESCRITA

### SEMANTICS OF ENUNCIATION, METASEMANTICS AND WRITING ACQUISITION

**Tipo de Contribuição**  
(Relato de Pesquisa)

**Giovane Fernandes Oliveira**  
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)  
<https://orcid.org/0000-0001-8251-8353>

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo apresentar a relação entre a leitura do autor acerca da teoria da linguagem benvenistiana e análises que faz no âmbito de uma perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita. Para tanto, inicialmente, delinea-se uma leitura retrospectiva de duas frentes de investigação da significância nomeadas por Émile Benveniste de *semântica da enunciação* e de *metasemântica*. Em seguida, propõe-se uma leitura prospectiva dessas duas frentes com vistas à análise de fatos de escrita infantil. Na sequência, procede-se a uma demonstração empírica da proposta parcialmente desenhada na seção anterior. Os resultados permitem caracterizar metodologicamente a referida proposta de entendimento do vir a ser escrevente em termos de perspectiva teórica, objeto de estudo, abordagem metodológica e unidade de análise. Trata-se de uma perspectiva metasemântica, cujo objeto de estudo é a instauração, na língua, da criança enquanto escrevente e leitora e a instauração, na criança, da língua enquanto sistema de signos e discurso escrito que remodela semiologicamente esse sistema; e cuja abordagem metodológica é uma análise translinguística de recortes enunciativos enquanto formas complexas do discurso desdobradas em dois planos, um plano ligado ao processo de enunciação escrita (que inclui o diálogo criança-outro) e outro plano ligado ao enunciado escrito produto desse processo. Tal análise parte do quadro formal de realização da enunciação no discurso (ato, situação, instrumentos), mas vai além, visando à produção de um saber sobre o homem, mais especificamente uma nova explicação para a sua constituição como *homo loquens scriptor*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Semiologia. Enunciação. Aquisição da escrita. Émile Benveniste.

**ABSTRACT:** This article aims to present the relationship between the author's reading of Benveniste's theory of language and his analyses of writing acquisition from a semiological-enunciative perspective. To this end, it first outlines a retrospective analysis of two fronts of significance research, termed by Émile Benveniste the *semantics of enunciation* and *metasemantics*. Next, we propose a prospective reading of these two fronts with a view to analyzing children's writing. After that, we proceed to an empirical demonstration of the proposal partially outlined in the previous section. The results allow us to methodologically characterize this proposed understanding of becoming a writer in terms of theoretical perspective, object of study, methodological approach, and unit of analysis. This is a metasemantic perspective whose object of study is the establishment, in language, of the child as writer and reader and the establishment, in the child, of language as a system of signs and written discourse that

semiologically remodels this system. The methodological approach is a translinguistic analysis of enunciative fragments as complex forms of discourse unfolding on two levels: one linked to the process of written enunciation (which includes the child-other dialogue) and the other linked to the written utterance resulting from this process. This analysis begins with the formal framework of enunciation in discourse (act, situation, instruments) but goes beyond, aiming to produce knowledge about humankind, more specifically, a new explanation for its constitution as *homo loquens scriptor*.

**KEYWORDS:** Semiology. Enunciation. Writing acquisition. Émile Benveniste.

**RESUMO PARA NÃO ESPECIALISTAS:** Este texto apresenta características metodológicas de uma proposta de estudo da aquisição da escrita pela criança. Teoricamente, tal caracterização é inspirada por uma teoria conforme a qual a linguagem só é linguagem porque produz sentido nas relações humanas e o homem só é homem porque produz sentido via linguagem nas relações com seus semelhantes. Empiricamente, tal caracterização é inspirada por um acompanhamento longitudinal (ao longo do tempo) e naturalístico (em sessões em ambiente doméstico) de duas crianças no decorrer de dois anos e seis meses. A análise de dois episódios de uma das crianças, em diferentes momentos, mostra transformações em sua escrita que ilustram o caráter processual da aquisição desta.

### **Introdução – ou alguns efeitos da teoria benvenistiana em uma reflexão sobre a aquisição da escrita**

O título desta seção introdutória inspira-se no texto “Alguns efeitos da teoria saussuriana sobre uma descrição semântica”, de Claudine Normand. Nesse texto, a autora apresenta a relação entre a sua leitura da teoria da linguagem de Ferdinand de Saussure e análises semânticas que efetuou com base no léxico da língua francesa.

A exemplo de Normand (2009 [2001]), neste artigo, abordo a relação teoria-empíria com foco em aspectos semânticos. Mais precisamente, tenho por objetivo apresentar a relação entre a minha leitura da teoria da linguagem de Émile Benveniste e análises que venho efetuando no âmbito do que, desde minha tese de doutoramento (OLIVEIRA, 2022), chamo de uma perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita<sup>1</sup>.

Para tanto, organizo o presente artigo em três seções, além desta introdução e da conclusão. A primeira seção delinea uma leitura retrospectiva de duas frentes de investigação da significância nomeadas pelo linguista de *semântica da enunciação* e de *metassemântica*. Já a segunda seção propõe uma leitura prospectiva dessas duas frentes com vistas à análise de fatos de escrita infantil. Por sua vez, a terceira seção procede a uma demonstração empírica da proposta parcialmente desenhada na seção anterior.

---

<sup>1</sup> Este texto reúne proposições teóricas, metodológicas e analíticas presentes na referida tese.

## 1. A semântica da enunciação e a metassemântica *em* Benveniste

Todas as pesquisas que fiz nesses últimos anos e o projeto que criei têm em vista o mesmo propósito. [...] Em resumo, minha preocupação é saber como a língua “significa” e como ela “simboliza”. As tendências atuais de uma certa escola de linguistas querem analisar a língua sobre a base da distribuição e das combinações formais. Parece-me que é tempo de abordar com métodos novos o conteúdo dessas formas e ver segundo quais princípios ele é organizado. (Benveniste *in* Brunet; Mahrer, 2011, p. 35).

A citação em epígrafe consta em carta na qual Émile Benveniste situa a significância como o interesse central das pesquisas empíricas e do projeto teórico por ele conduzidos no ocaso de sua atividade científica. Trata-se da década de 1960, período em que, após mais de quarenta anos de trabalhos analíticos (sobre fenômenos diacrônicos e sincrônicos de línguas indo-europeias tanto modernas quanto antigas, assim como sobre fatos de línguas ameríndias que então começavam a desafiar a descrição linguística), o linguista se lança em uma teorização em busca de “um corpo de definições rigorosas” acerca dos “próprios princípios da significação” (Benveniste, 2005 [1954], p. 319). Prometida no artigo descritivo “Problemas semânticos da reconstrução” (1954), tal elaboração conceitual tem lugar em três textos teóricos: “Os níveis da análise linguística” (1962/1964), “A forma e o sentido na linguagem” (1966/1967) e “Semiologia da língua” (1969)<sup>2</sup>.

Em “Os níveis da análise linguística” (1962/1964), Benveniste introduz aquilo que viria a ser o pilar da referida conceitualização: sua concepção bidimensional de língua. Para o autor, “Há de um lado a língua, conjunto de signos formais [...]; de outro, a manifestação da língua na comunicação viva” (Benveniste, 2005 [1962/1964], p. 139). Dito de outro modo, a **língua como sistema** e a **língua como discurso**. Em cada dimensão da língua, ele esboça uma reflexão sobre a relação forma-sentido.

Na dimensão sistêmica, a relação forma-sentido é abordada a partir da natureza articulada em níveis da língua como sistema e do caráter discreto das unidades que compõem cada nível: o nível merismático/hipofonemático (cujas unidades são os merismas/traços distintivos dos fonemas), o nível fonemático (cujas unidades são os fonemas) e o nível dos signos (cujas

---

<sup>2</sup> Devido à importância da cronologia na obra de Benveniste, os seus textos são aqui referidos da seguinte maneira: após os títulos, entre parênteses, são informados o ano de publicação original (caso de “Semiologia da língua”, publicado em 1969) e os anos de apresentação em evento e de publicação original (caso de “Os níveis da análise linguística” e de “A forma e o sentido na linguagem”, apresentados em eventos em 1962 e em 1966, respectivamente, e publicados em 1964 e em 1967, respectivamente). Após citações diretas, são referidas as edições consultadas fora dos colchetes e os anos de apresentação/publicação original dentro dos colchetes, separados por barra. Em função de questões de tradução, algumas citações referem diretamente as edições em francês. Saliento que é de minha responsabilidade a tradução de todas as citações de textos em língua francesa.

unidades são os morfemas e os lexemas). Conforme Benveniste, “O *sentido* é, de fato, a condição fundamental que deve preencher toda unidade de todo nível para obter estatuto linguístico” (Benveniste, 1966 [1962/1964], p. 122), pois uma unidade só é linguística se for significativa e só é significativa se integrar uma unidade de nível superior, na qual cumpre uma função discriminadora (os traços integram e discriminam fonemas, os quais, por sua vez, integram e discriminam morfemas e lexemas). Assim, “O *sentido* de uma unidade lingüística define-se como a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior” (Benveniste, 2005 [1962/1964], p. 136), ao passo que “A *forma* de uma unidade lingüística define-se como a sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior” (Benveniste, 2005 [1962/1964], p. 136). O **sentido como integração** envolve uma direção ascendente (das unidades inferiores às superiores), enquanto a **forma como dissociação** envolve uma direção descendente (das unidades superiores às inferiores).

Na dimensão discursiva, o sentido se reveste de outra acepção. Trata-se não mais da capacidade integrativa e da função discriminadora de uma unidade linguística, sentido que “é implícito, inerente ao sistema lingüístico e às suas partes” (Benveniste, 2005 [1962/1964], p. 137). Trata-se, agora, do sentido ligado à pergunta “*qual* é esse sentido?” (Benveniste, 2005 [1962/1964], p. 136), cuja resposta exige o deslocamento do nível do signo ao nível da frase e, no interior deste, a distinção entre sentido e referência. Quanto ao deslocamento de nível, segundo Benveniste, deixa-se “com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso” (Benveniste, 2005 [1962/1964], p. 140). Quanto à distinção *sentido/referência*, conforme o linguista, a frase<sup>3</sup> é “uma unidade completa que traz ao mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação” (Benveniste, 2005 [1962/1964], p. 140). Embora afirme tal distinção nesse artigo de 1962/1964, Benveniste não a explica; ora, poder-se-ia indagar: por que apenas à referência é atribuído um caráter situacional se a resposta à pergunta “*qual* é esse sentido?” igualmente reclama uma ancoragem na situação de discurso?

É em “A forma e o sentido na linguagem” (1966/1967) que a distinção *sentido/referência* é esclarecida, juntamente a outras distinções, dentre as quais aquela que engloba todas as outras é a distinção *semiótico/semântico*. Com efeito, nesse texto, o linguista revisita

---

<sup>3</sup> O termo *frase* tem, em Benveniste, três acepções: (1) frase enquanto nível superior da análise linguística; (2) frase enquanto o próprio discurso (visto tanto como enunciação/processo quanto como enunciado/produto); (3) frase enquanto segmento do discurso. Em nenhuma dessas acepções, a frase é tomada como integrante de uma unidade de nível superior – nem mesmo na acepção (3), pois o discurso não representa um nível a mais da arquitetura sistêmica, mas sim um universo outro: o da colocação em ato dessa arquitetura.

a sua concepção bidimensional de língua, designando a dimensão sistêmica de **domínio semiótico** e a dimensão discursiva, de **domínio semântico**. Ao contrário do que as designações poderiam sugerir, não se trata de considerar somente o domínio semântico como aquele do sentido: para Benveniste, há forma e sentido no interior de cada um desses domínios.

No domínio semiótico, cuja unidade é o **signo**, a forma é o **significante**, o qual “não é apenas uma sequência dada de sons”, mas “a forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 225). Condicionado e determinado pelo significante, o **significado** corresponde ao outro aspecto do signo, o seu sentido: “No plano do significado, o critério é: isto significa ou não? Significar é ter um sentido, nada mais” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 227). Esse duplo aspecto do signo, sua forma (significante) e seu sentido (significado), define-se em termos de relações suas com os falantes e com os demais signos. Com os falantes, pois a pergunta “A entidade considerada significa?” admite uma só resposta, positiva ou negativa, “E este *sim* ou *não* só pode ser pronunciado por aqueles que manuseiam a língua, aqueles para os quais esta língua é *a língua* e nada mais” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 227). Com os signos, pois “Cada signo entra numa rede de relações e de oposições com os outros signos que o definem, que o delimitam no interior da língua”, de modo que “Cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos. Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 227-228). Tal rede relacional e opositiva definidora e delimitadora da unidade semiótica como uma unidade significativa porque distintiva relativamente a outras unidades de igual natureza é uma **rede paradigmática** (associativa).

No domínio semântico, cuja unidade é a **palavra na frase**, a forma é o **sintagma**: “[...] o sentido (na acepção semântica [...]) se realiza na e por uma forma específica, aquela do sintagma, diferentemente do semiótico que se define por uma relação de paradigma. De um lado, a substituição, de outro a conexão, tais são as operações típicas e complementares” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 227-228). Se, na acepção semiótica, o sentido concerne ao significado do signo, na acepção semântica, o sentido tem uma dupla natureza: trata-se do **emprego da palavra** e da **ideia da frase**. De acordo com Benveniste, “O sentido da frase é de fato a *idéia* que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 230). É ao agirem umas sobre as outras que as palavras adquirem seus empregos, os quais correspondem não aos significados que elas têm enquanto signos em potência nas relações paradigmáticas/associativas do domínio semiótico (sistêmico), mas sim a sentidos singulares de que elas se revestem quando atua-

lizadas nas relações sintagmáticas do domínio semântico (discursivo). Conforme o linguista, “as palavras, instrumentos da expressão semântica, são materialmente os signos do repertório semiótico”, porém “estes signos, em si mesmos conceptuais, genéricos, não circunstanciais, devem ser utilizados como ‘palavras’ para noções sempre particulares, específicas, circunstanciais, nas acepções contingentes do discurso” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 233).

Além de a relação forma-sentido se configurar diferentemente no semântico, este se distingue do semiótico por envolver o funcionamento referencial do discurso, o qual implica o **referente da palavra** e a **referência da frase**. Enquanto a palavra supõe o “‘referente’, independente do sentido, e que é o objeto particular ao qual a palavra corresponde no concreto da circunstância ou do uso” (Benveniste, 1974 [1966/1967], p. 226), “a ‘referência’ da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais nem prever nem adivinhar” (Benveniste, 1974 [1966/1967], p. 226-227). Assim, ao passo que a palavra vincula-se referencialmente a um objeto discursivo (referente), a frase vincula-se referencialmente a uma situação de discurso (referência). Ao abrir-se ao referente e à referência, o domínio semântico abre-se “ao mundo da enunciação e ao universo do discurso” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 66). Tal abertura ao enunciativo/discursivo acarreta diferentes relações mediadas pela língua em ato na vida humana:

A noção de semântico nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez, na língua, sua função de mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens. É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo e, por consequência, a regulação do pensamento e o desenvolvimento da consciência. (Benveniste, 1974 [1966/1967], p. 224).

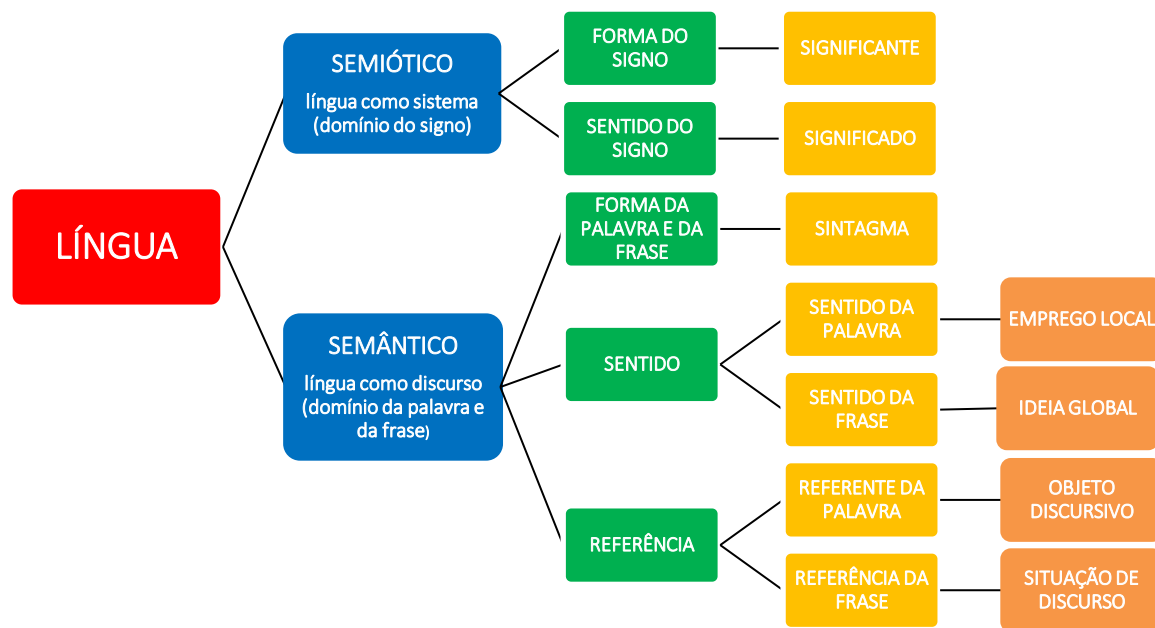
Essas complexas definições que orbitam em torno da distinção *semiótico/semântico* talvez fiquem um pouco mais claras com o recurso a exemplos introduzidos pelo próprio Benveniste. Ao defender que a condição de existência de um signo é tanto o seu reconhecimento pelos falantes da língua quanto a sua distintividade relativamente aos demais signos do sistema, o linguista exemplifica: “‘Chapéu’ existe? Sim. ‘Chaméu’ existe? Não” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 230). Em termos sistêmicos<sup>4</sup>, *chapéu* é um signo porque é aceito como tal pelos falantes do português brasileiro, bem como entra em uma rede relacional e opositiva com os outros signos dessa língua. Já *chaméu* não é aceito como uma forma signica porque

---

<sup>4</sup> A breve análise feita neste parágrafo não consta no texto benvenistiano, sendo de minha responsabilidade.

carece tanto de reconhecimento pelos falantes do português brasileiro quanto de relações e de oposições com outras unidades semióticas próprias a esse sistema. Em termos discursivos, a pergunta deixa de ser “‘Chapéu’ existe?” (tem sentido/significado na língua?) e passa a ser “Que ‘chapéu’?” (qual é o sentido/emprego/referente *desta* palavra *nesta* frase/ideia/referência?). A situação de discurso (com seus fatores interlocutivos e contextuais), dispensável na primeira pergunta – cuja resposta é *sim* ou *não* –, é incontornável na segunda pergunta – cuja resposta, tal como o sentido global da frase e o emprego local das palavras, “se determina em relação ao contexto de situação” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 230).

Se essa breve análise não tiver sido suficiente para esclarecer a teorização benvenistiana a propósito da significância da língua em seus dois domínios (o semiótico e o semântico), talvez o seja o diagrama a seguir, por mim apresentado alhures.

**Diagrama 1** – Arquitetura teórica benvenistiana acerca da significância linguística.

Fonte: Elaborado por Oliveira (2023, p. 445).

A distinção *semiótico/semântico* é por Benveniste retomada e complexificada em “Semiologia da língua” (1969), provavelmente o seu texto mais denso em termos teóricos e mais desafiador em termos operacionais. Na primeira parte desse artigo, o autor apresenta um resgate histórico dos pensamentos de Charles Peirce e de Ferdinand de Saussure no que concerne à ciência geral dos signos que cada qual, à sua maneira, prospectou (ciência denominada *semiótica* pelo primeiro e *semiologia* pelo segundo), afastando-se do filósofo estadunidense e filiando-se ao linguista suíço, devido ao foco maior deste na língua. Na segunda parte, Benveniste propõe-se a retomar “este grande problema [o semiológico] no ponto em que Saussure o deixou” (Benveniste, 2006 [1969], p. 50) e inicia uma jornada teórica em busca de uma explicação para a afirmação saussuriana sobre ser a língua o principal sistema de signos. Seguem-se páginas de uma argumentação cerrada, que passa por sistemas não linguísticos (como os sinais de trânsito, a música, a pintura, a escultura e a própria sociedade) antes de chegar às características que fazem da língua um sistema *sui generis*.

Dentre tais características, destacam-se a sua **propriedade de interpretância** e a sua **dupla significância**. Para Benveniste, a língua é o único sistema semiológico capaz de interpretar (significar, *falar de*) os demais sistemas e, inclusive, a si mesma. Essa propriedade possibilita a ela modelar semiologicamente todos os conjuntos de signos (interpretância) e a si própria (autointerpretância), pois “A natureza da língua, sua função representativa, seu poder dinâmico, seu papel na vida de relação fazem dela a grande matriz semiótica, a estrutura mo-

delante da qual as outras estruturas reproduzem os traços e o modo de ação” (Benveniste, 2006 [1969], p. 64). E a que se deve a propriedade de (auto)interpretância da língua? Deve-se ao fato de ela ser “o único sistema em que a significação se articula assim em duas dimensões. [...] O privilégio da língua é de comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação” (Benveniste, 2006 [1969], p. 66). Nenhum outro sistema tem uma significância semiótica (sistêmica/sígnica) que, partilhada socialmente, “funda a possibilidade de toda troca e de toda comunicação e, por aí, de toda cultura” (Benveniste, 1974 [1969], p. 60). Nenhum outro sistema tem uma significância semântica (discursiva/enunciativa) que “se manifesta pela enunciação, a qual contém referência a uma situação dada; falar é sempre falar de” e que “é a única atualização da comunicação intersubjetiva” (Benveniste, 1974 [1969], p. 62). Nenhum outro sistema é, ao mesmo tempo, sistema e discurso.

Explicando, assim, a afirmação de Saussure a respeito da primazia da língua em meio aos sistemas semiológicos, Benveniste encerra esse artigo de 1969 declarando a necessidade de ultrapassagem do ponto a qual chegou o mestre genebrino:

Em conclusão, é necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeriam simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua. Esta ultrapassagem far-se-á por duas vias:

- na análise intralinguística, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso, que denominamos semântica, de hoje em diante distinta da que está ligada ao signo e que será semiótica;
- na análise translinguística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metassemântica, que se construirá sobre a semântica da enunciação.

Será uma semiologia de “segunda geração”, cujos instrumentos e cujo método poderão também concorrer para o desenvolvimento das outras ramificações da semiologia geral<sup>5</sup>. (Benveniste, 1974 [1969], p. 66).

São esses os caminhos que, segundo Benveniste, deveriam ser trilhados para se ir além de Saussure na investigação da língua, uma vez que a teoria deste alicerça uma **semiologia de primeira geração**, cujo princípio é o **signo** e cuja dimensão de significância é a dimensão semiótica. Os dois caminhos alicerçariam uma **semiologia de segunda geração**, cujo princípio seria o **discurso** e cujas dimensões de significância seriam a dimensão semântica e a dimensão metassemântica. Mas o que significam os termos *semântica da enunciação* e *metassemântica* do ponto de vista epistemológico: teriam escopo disciplinar? E do ponto de vista

---

<sup>5</sup> Por *semiologia geral*, Benveniste parece referir-se à ciência geral dos signos tal como vislumbrada no *Curso de linguística geral*, ciência que estudaria todos os sistemas semiológicos e não somente a língua. Em nota de rodapé do texto “Semiologia da língua” (1969), após mencionar dois estudos semiológicos, um sobre o cinema e outro sobre a pintura, o linguista observa: “Estas pesquisas mostram desde já o despertar de uma reflexão original sobre os campos e as categorias não-linguísticas” (Benveniste, 2006 [1969], p. 61, nota 25).

metodológico: designariam estudos centrados em um nível da língua ou em um nível da análise linguística? Ono (2007) e Flores (2013) fazem-se perguntas semelhantes.

Conforme Ono (2007), os termos *semântica da enunciação* e *metassemântica* são *hápax*, vale dizer, ocorrências únicas na obra de Benveniste, o que a leva a questionar: “Como se pode compreender essas expressões, que não deixam quase nenhuma chave de acesso?” (Ono, 2007, p. 134). Considerando que a metassemântica – cuja análise é dita *translinguística* – fundar-se-á na semântica da enunciação – cuja análise é dita *intralinguística* –, a autora infere que a enunciação “atravessa o limiar da linguística propriamente dita para incidir sobre o ‘translinguístico’” (Ono, 2007, p. 134). Segundo a pesquisadora, identificando a dimensão *ato* da enunciação, “ele [Benveniste] introduz conceitos estrangeiros à linguística, tais como ‘sujeito’, ‘história’, ‘sociedade’”, ao que ela acrescenta: “Não se pode ler, na expressão *semântica da enunciação*, a vontade do autor de aplicar a noção de enunciação a domínios mais vastos, que se estendem ao domínio do sujeito que age na sociedade?” (Ono, 2007, p. 134). Para Ono (2007), pelos termos *textos* e *obras*, “não se deve entender, unicamente, as obras literárias: objetos de linguagem, ‘textos’ e ‘obras’ podem ser compreendidos como as **atividades significantes dos homens na interação social**” (Ono, 2007, p. 135, negritos meus).

Do ponto de vista epistemológico, inspirado por Ono (2007), compreendo a semântica da enunciação e a metassemântica como duas novas perspectivas de investigação da significância, as quais, porém, não consistem em dois novos campos disciplinares. Trata-se, antes, de dois braços da teoria da linguagem de Émile Benveniste, braços igualmente concebíveis como *teorizações* enquanto reflexões particulares no interior desse pensamento geral sobre linguagem. A semântica da enunciação é uma teorização enunciativa, centrada na relação sistema-discurso, ao passo que a metassemântica é uma teorização semiológica, centrada nas relações língua-outros sistemas, língua-sociedade e língua-língua<sup>6</sup>. Projetada como perspectiva a ser construída sobre a semântica da enunciação (daí o prefixo *meta-*), a metassemântica parece ter o seu projeto estenografado com justeza na formulação de Ono (2007) acerca das *atividades significantes dos homens na interação social*. Não é senão um outro modo de formular dois pressupostos da teoria da linguagem benvenistiana: o pressuposto semiológico (“a língua significa”) e o pressuposto antropológico (“o homem está na língua”).

Do ponto de vista metodológico, entendo que a semântica da enunciação e a metassemântica não tomam a enunciação (ato de atualização do sistema linguístico em discurso) co-

---

<sup>6</sup> Dessas relações, na seção seguinte, abordarei brevemente a última (a relação língua-língua), a mais pertinente ao escopo deste artigo. Para detidas abordagens das relações língua-outros sistemas e língua-sociedade, ver Rosário (2018) e Aresi (2020) – a primeira autora, aliás, tem uma leitura distinta daquela que aqui apresento no que concerne à questão da metassemântica em Benveniste.

mo um nível da língua ou como um nível da análise linguística específico, a exemplo da fonologia, da morfologia, da sintaxe, do léxico. A esse respeito, Flores (2013, p. 95-94) comenta que “A análise enunciativa estuda o sentido que decorre da enunciação, mas, para isso, não se restringe [a] analisar apenas um nível linguístico (o lexical, o sintático, o morfológico, o fonológico etc.)”, visto não existir um nível da língua priorizado no ato de enunciar: “O locutor, quando enuncia, o faz com a língua toda. Logo, todo e qualquer fenômeno linguístico carrega em si a potencialidade de um estudo em termos de enunciação”. Benveniste, por exemplo, “além dos pronomes, verbos, advérbios, categorias gramaticais específicas (pessoa, tempo, espaço), índices de ostensão, formas temporais”, estuda também “as funções sintáticas (de interrogação, de intimação, de asserção), as modalidades, a fraseologia, a produtividade lexical, entre outros fenômenos” (Flores, 2013, p. 122). A partir dessa diversidade fenomênica, Flores (2013, p. 96) conclui: “[...] podemos considerar que a análise enunciativa é uma *semântica*, embora não possa ser equiparada *pari passu* ao que comumente se chama ‘nível semântico’”, pois “A análise enunciativa é uma análise do ponto de vista do sentido – logo, semântica – sobre a língua em sua totalidade”.

Não se trata, pois, de nível de análise, mas de **ponto de vista analítico**. Esse ponto de vista é o do sentido, “a condição fundamental que deve preencher toda unidade de todo nível para obter estatuto linguístico” (Benveniste, 1966 [1962/1964], p. 122). Disso, resulta que tanto a semântica da enunciação quanto a metassemântica, como perspectivas de investigação da significância, seriam perspectivas que, cada qual à sua maneira, analisariam a língua do ponto de vista do sentido. Eis como interpreto, **teoricamente**, as questões da semântica da enunciação e da metassemântica *em* Benveniste.

Mas como se pode interpretar, **metodologicamente**, essas duas questões *a partir de* Benveniste, em um trabalho que procure deslocar as suas proposições teóricas para o estudo de um fenômeno de linguagem específico como a aquisição da escrita? Buscar respostas a tal pergunta impõe dar um passo *além de* Benveniste, o qual não nos deixou senão pistas a perseguirmos nesse pantanoso terreno do sentido. Por isso, a interpretação que passarei a propor, na sequência, é uma interpretação prospectiva da teoria da linguagem benvenistiana.

## 2. A semântica da enunciação e a metassemântica *a partir de* Benveniste

Não é raro lermos, em alguns trabalhos, que a metassemântica por Benveniste projetada seria uma “translinguística”. Parece-me haver, aí, uma confusão entre o que poderíamos chamar de **perspectiva teórica** e de **abordagem metodológica**.

Em “Semiologia da língua” (1969), diz o autor sobre os domínios semiótico e semântico: “[...] cada um [deles] exige seu próprio **aparelho conceptual**”, ou, ainda, sobre o domínio semântico: “Ele precisará de um **aparelho novo de conceitos e de definições**” (Benveniste, 2006 [1969], p. 67, negritos meus). Mais adiante, sobre a conjunção da semântica da enunciação e da metassemântica, prospecta o linguista: “Será uma semiologia de ‘segunda geração’, cujos instrumentos e cujo **método** poderão também concorrer para o desenvolvimento das outras ramificações da semiologia geral” (Benveniste, 1974 [1969], p. 66, negritos meus).

Pois bem: por *perspectiva teórica*, entendo um “aparelho conceptual”, ou, ainda, um “aparelho de conceitos e de definições”. Assim, a semântica da enunciação e a metassemântica seriam, cada uma delas, uma perspectiva teórica tomada nesses termos. Por *abordagem metodológica*, entendo o “método” de cada perspectiva teórica. Logo, a análise intralinguística e a análise translinguística seriam, respectivamente, o método da semântica da enunciação e o método da metassemântica. Em outras palavras, haveria, de uma parte, a perspectiva teórica da semântica da enunciação, cuja abordagem metodológica seria a análise intralinguística e, de outra parte, a perspectiva teórica da metassemântica, cuja abordagem metodológica seria a análise translinguística.

Se pertinente for essa distinção entre perspectiva teórica (aparelho conceptual) e abordagem metodológica (método), então uma segunda distinção, dela decorrente, se nos impõe: a distinção entre **objeto de estudo** e **unidade de análise**.

Em “O aparelho formal da enunciação” (1970), lemos: “É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado e não o texto do enunciado que é o nosso **objeto**” (Benveniste, 1974 [1970], p. 80, negrito meu). Também nesse artigo, lemos: “Tentamos esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da **manifestação individual** que ela atualiza” (Benveniste, 1974 [1970], p. 81, negritos meus). O que seria essa manifestação? É o próprio Benveniste quem especifica: “O **discurso** [...] é produzido cada vez que se fala, esta **manifestação da enunciação**” (Benveniste, 1974 [1970], p. 80, negritos meus). A partir dessas citações do estudo de 1970, parece ser lícito propor que a teorização enunciativa (a semântica da enunciação) tem, como objeto de estudo, o ato de enunciação e, como unidade de análise (uma análise intralinguística), o discurso que manifesta empiricamente esse ato<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> A abordagem intralinguística da semântica da enunciação parece acenar, na obra de Benveniste, para duas direções: uma direção mais estrita e uma direção mais ampla. Da direção mais estrita, dão testemunho artigos como “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946), “A natureza dos pronomes” (1956), “Da subjetividade na linguagem” (1958) e “A linguagem e a experiência humana” (1965), que analisam as propriedades dêiticas e referenciais das categorias de pessoa, de espaço e de tempo, com suas respectivas formas linguísticas (verbos,

E a teorização semiológica (a metassemântica), teria um objeto de estudo e uma unidade de análise? Voltando a “Semiologia da língua” (1969), na primeira parte desse artigo – destinada à semiologia geral –, lemos: “[...] não menos que os sistemas de signos, as **RELAÇÕES** entre esses sistemas constituirão o **objeto da semiologia**” (Benveniste, 1974 [2006], p. 51, **negritos meus**). Conforme citação reproduzida anteriormente, Benveniste distingue a semiologia geral da semiologia de segunda geração, formada pela semântica da enunciação e pela metassemântica. Essa semiologia de segunda geração é, em meu entendimento, a semiologia da língua (*língua* na acepção benvenistiana, quer dizer, como *sistema* e como *discurso*), distinta tanto da semiologia geral (centrada em todos os sistemas, o linguístico e os não linguísticos) quanto da semiologia saussuriana/semiologia de primeira geração (centrada no sistema linguístico). Se o objeto da semiologia geral será constituído pelos sistemas de signos e pelas relações entre estes, qual será o objeto da semiologia da língua/semiologia de segunda geração? Flores (2017, p. 93) responde a tal questionamento afirmando que essa semiologia “teria por objeto ‘as relações de interpretância da língua’”. Quais seriam essas relações? As relações língua-outros sistemas, língua-sociedade, língua-língua.

Na “Aula 12” das *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*<sup>8</sup>, tais relações semiológicas são por Benveniste abreviadas em dois axiomas. O axioma (1), *a língua semiotiza tudo*, coloca em cena a capacidade da língua de “dar a um objeto ou a um processo qualquer o poder de *representar*”, pois, “Para que um objeto seja ‘sagrado’, para que um ato se torne um ‘rito’, é preciso que a língua enuncie um ‘mito’, dê a razão de sua qualidade, torne ‘significantes’ os gestos ou as palavras”, de forma que “Todo comportamento social, toda relação humana, toda relação econômica supõe ‘valores’ enunciados e ordenados pela língua” (Benveniste, 2014 [1969/2012], p. 157). O que está em jogo, nesse primeiro axioma, é a **interpretância da língua**, o seu poder de semiotizar (interpretar, significar) todas as atividades individuais e sociais do homem como ser simbólico. Já o axioma (2), *a língua semiotiza a si mesma*, põe em relevo a capacidade da língua de “opera[r] uma redução sobre si mesma”, na qual “a escrita muda de função: de instrumento para iconizar o real, ou seja, o *referente*, a partir do discurso, ela se torna, pouco a pouco, o meio de representar o próprio discurso, logo os elementos do discurso, logo os elementos desses elementos (sons/letras)” (Benveniste,

---

advérbios, locuções adverbiais, pronomes). Da direção mais ampla, dá testemunho o artigo “O aparelho formal da enunciação” (1970), em que o foco se desloca dos índices pessoais, espaciais e temporais para a enunciação como um “mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (Benveniste, 2006 [1970], p. 82) – e não apenas formas linguísticas específicas.

<sup>8</sup> Trata-se de obra póstuma que reúne notas de Benveniste e de alunos que assistiram às suas últimas lições no Collège de France, no ano letivo de 1968-1969, mesmo período em que escrevia “Semiologia da língua” (1969) e “O aparelho formal da enunciação” (1970).

2014 [1969/2012], p. 157). O que está em questão, nesse segundo axioma, é a **autointerpretação da língua**, o seu poder de semiotizar (interpretar, significar) a si própria, sendo a escrita o instrumento dessa autosemiotização. Ainda na “Aula 12”, Benveniste sustenta:

1) A língua é o único sistema significante que pode descrever a si mesmo em seus próprios termos. A **propriedade metalinguística** é própria à língua, pelo fato de ela ser o interpretante dos outros sistemas.

2) Porém, para que a língua se semiotize, ela deve *proceder a uma objetivação de sua própria substância*. A escrita *torna-se* progressivamente o instrumento dessa **objetivação formal**. (Benveniste, 2014 [1969/2012], p. 156, negritos meus).

A autointerpretação da língua é, portanto, uma relação língua-língua que se realiza de duas maneiras. Por um lado, há a autointerpretação da língua como **descrição de si mesma em seus próprios termos** (ou seja, a atividade metalinguística enquanto uso da língua para *falar da língua*), o que consiste em “um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar proposições significantes sobre a significância” (Benveniste, 1974 [1969], p. 65). Por outro lado, há a autointerpretação da língua como **objetivação formal de sua própria substância via escrita** (isto é, a objetivação da fonia em grafia na enunciação escrita), o que conduz o falante a se deter “sobre a língua em vez de se deter sobre as coisas enunciadas”, de modo que “ele leva em consideração a língua e a descobre significante; ele observa recorrências, identidades, diferenças parciais, e essas observações se fixam em representações gráficas que objetivam a língua e que suscitam, enquanto imagens, a própria materialidade da língua” (Benveniste, 2014 [1969/2012], p. 156).

Mas como seriam analisadas as relações de (auto)interpretação da língua? No que se refere à unidade de análise, no caso da semiologia da língua, essa unidade dependeria da perspectiva teórica e da abordagem metodológica. Na perspectiva da semântica da enunciação e na abordagem da análise intralinguística, a unidade de análise seria, como vimos, o discurso, manifestação empírica do ato enunciativo. E na perspectiva da metassemântica e na abordagem da análise translinguística, qual seria a unidade de análise? Encontramos uma resposta possível a tal pergunta em citação já apresentada antes: “[...] na análise translinguística dos **textos**, das **obras**, pela elaboração de uma metassemântica, que se construirá sobre a semântica da enunciação” (Benveniste, 1974 [1969], p. 66, negritos meus). A unidade de análise da metassemântica seria, pois, constituída por textos, por obras.

Acredito, então, ser por meio da unidade de análise que se pode aceder, empiricamente, ao objeto de estudo: é por meio da análise translinguística de textos, de obras que se pode estudar as relações de (auto)interpretação da língua, assim como é por meio da análise intra-

linguística de discursos que se pode estudar a enunciação. Isso significa que textos e obras não são discursos? Para mim, são **formas complexas do discurso**. Esse termo comparece no parágrafo final de “O aparelho formal da enunciação” (1970):

Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca frequente, talvez necessária, da “oralidade”. Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o escritor se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a **análise das formas complexas do discurso**, a partir do quadro formal esboçado aqui. (Benveniste, 1974 [1970], p. 88, negritos meus).

Trata-se de uma conclusão programática como a de “Semiologia da língua” (1969), texto escrito no mesmo ano que “O aparelho formal da enunciação” (1970), apesar de terem sido publicados com um ano de diferença (*cf.* Fenoglio, 2019). Aproximando esses artigos, interrogam-se Flores e Teixeira (2013, p. 8): “Seria possível pensar que *as formas complexas do discurso* de 1970 são o objeto da análise *translinguística*, da *metassemântica – uma semiologia de segunda geração* –, assim nomeada em 1969?”.

Respondendo ao interrogante dos autores, penso que as formas complexas do discurso equivalem, sim, aos textos e às obras. Apenas faria – a partir de minha leitura retrospectiva e prospectiva de “Semiologia da língua” (1970) – alguns ajustes terminológicos na citação anterior: os textos e as obras não são os *objetos*, mas sim as *unidades* da análise translinguística, a qual não é a metassemântica, mas sim a *abordagem metodológica* dessa *perspectiva teórica* vindoura, a qual, por sua vez, não é exclusivamente a semiologia de segunda geração, mas sim a segunda via desta, junto com a semântica da enunciação (a primeira via). Diria, ainda, que o *quadro formal* da enunciação esboçado no artigo de 1970<sup>9</sup>, a partir do qual se abrem amplas perspectivas para a análise das formas discursivas complexas, equivale à primeira via de ultrapassagem da semiologia saussuriana, a via da *análise intralinguística*, método da semântica da enunciação. Essa primeira via é condição da segunda, a via da *análise translinguística*, método da metassemântica.

Se a metassemântica se construirá sobre a semântica da enunciação, então a metassemântica continuará a estudar o discurso, mas em suas formas mais complexas. Isso quer dizer, então, que a semântica da enunciação estuda o discurso em suas formas menos complexas? Se sim, o que qualificaria um discurso como mais ou menos complexo? Os termos *textos e obras*

<sup>9</sup> Tal quadro formal envolve um caminho metodológico para a análise enunciativa por Benveniste sugerido em 1970: “Na enunciação, consideramos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos da realização” (Benveniste, 1974 [1970], p. 81). Nesse quadro, o ato diz respeito às relações locutor-língua e locutor-alocutário; as situações, à relação alocação-mundo; e os instrumentos, à relação forma-sentido.

podem sugerir que o critério definidor de uma forma complexa do discurso é a **extensão** de sua materialidade linguística. Contudo, Laplantine (2008, p. 158) argumenta que, “do intralinguístico ao translinguístico, a passagem não é do microscópico ao macroscópico, do me-risma a uma globalidade de textos”, pois “Podemos ter um olhar translinguístico sobre um detalhe; o que importa é o olhar. E esse olhar está precisamente na busca do particular, do que faz a história”. Além disso, os três fenômenos (o *hain-teny*, o *monólogo* e a *comunhão fática*) que, em “O aparelho formal da enunciação” (1970), conduzem Benveniste a falar, justamente, em *formas complexas do discurso* parecem indicar outro critério. Tomando tais fenômenos como exemplos das *múltiplas variedades do diálogo*, ele designa a comunhão fática com uma expressão extensível ao *hain-teny* e ao monólogo: “A análise formal desta **forma de troca lingüística** está por fazer” (Benveniste, 2006 [1970], p. 90, negritos meus).

Com base nessa citação, creio ser legítimo concluir que, se um primeiro critério definidor de uma forma complexa do discurso parece ser a sua **extensão**, um segundo critério parece ser a sua **natureza** mesma, como atestam múltiplas variedades do diálogo/formas de troca linguística que exigem um – para retomar o termo de Laplantine (2008) – *olhar* outro. No entanto, ao contrário dessa autora, não circunscrevo o olhar translinguístico à *busca do particular*. Isso porque, se as análises intralinguísticas de Benveniste são, em sua maioria, acompanhadas de preocupações de ordem mais geral, essa característica deveria ser ainda mais acentuada em análises translinguísticas. A esse propósito, em estudo intrateórico, Teixeira (2012a) pontua que “Benveniste não se ocupa apenas de aspectos avulsos de morfologia e sintaxe” – nem, acrescentaria eu, de aspectos avulsos de enunciação e de semiologia –, pois, “Sob a descrição linguística miúda e pormenorizada, estão colocadas questões de interesse muito amplo” (Teixeira, 2012a, p. 72). Em estudo teórico-analítico, acrescenta a estudiosa:

Émile Benveniste ensina que a experiência humana não precede cronologicamente a linguagem; ela é contemporânea à enunciação, produzindo, a cada vez, o homem como sujeito. É, pois, no ato de apropriação da língua pelo locutor que a experiência advém, numa relação indissociável com a (inter)subjetividade. Sob essa ótica, os protagonistas da linguagem (*eu-tu*) não podem ser considerados processadores automáticos ou computadores biológicos mais ou menos programados para lidar com um código linguístico que lhes é exterior; **o uso da linguagem está ligado a uma forma de vida**. Parece estar no projeto de Benveniste a expressão da necessidade de desenvolver uma teoria que não só descreva a língua-discurso do ponto de vista de seu funcionamento enunciativo, mas que possibilite **produzir conhecimento sobre o homem**. (Teixeira, 2012b, p. 37, negritos meus).

Tal citação ecoa aquela de Ono (2007) sobre um estudo prospectivo de natureza metassêmica dever analisar as atividades significantes dos homens na interação social. Assumir um tal entendimento não é sem consequências para uma perspectiva semiológico-

enunciativa da aquisição da escrita: sendo esta uma perspectiva metassemântica, não pode adotar senão uma análise translinguística como abordagem metodológica, definida a partir dos dois pressupostos da teoria da linguagem benvenistiana – o semiológico e o antropológico –, indissociáveis que são tanto da relação homem-língua quanto da produção de conhecimento acerca do humano à luz dessa relação fundante. No caso da referida perspectiva de aquisição da escrita, as atividades significantes dos homens na interação social eleitas para investigação são aquelas em que a criança e o outro escrevem e leem, bem como falam e escutam sobre o escrever e sobre o ler. Tais atividades significantes de escrita e de leitura são analisadas a partir de sua materialização no recorte enunciativo como **unidade de análise da perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita**, recorte aqui assumido como uma forma de troca linguística/variedade do diálogo/forma complexa do discurso. Mas a que se deve a complexidade dessa unidade de análise?

Deve-se, em primeiro lugar, à sua **construção metodológica**, enquanto resultado de um percurso que começa na coleta dos dados, passa pela geração dos fatos e chega à confecção dos recortes. A coleta dos dados envolveu sessões naturalísticas (em ambiente doméstico) e longitudinais (de uma a duas mensais, no decorrer de dois anos e seis meses), com duas crianças falantes monolíngues do português brasileiro (uma criança acompanhada *antes* da alfabetização e uma criança acompanhada *durante* a alfabetização). Já a geração dos fatos passou pelo armazenamento digital dos registros coletados, tanto os audiovisuais (filmagens de diálogos criança-outro durante atividades de escrita e de leitura) quanto os gráficos (rabiscos, desenhos, estorinhas, relatos, convites, bilhetes, cartinhas, rimas), armazenamento seguido da segmentação desses registros (seleção de segmentos seus para análise) e do tratamento dos segmentos selecionados (transcrição dos segmentos filmicos e edição<sup>10</sup> dos segmentos gráficos). Por fim, os produtos dessa geração de fatos consistiram em recortes desdobrados, em sua maioria, em dois planos enunciativos: o plano da alocação falada-escrita (recorte audiovisual transcrito) e o plano do enunciado escrito (recorte gráfico reproduzido em fac-símile).

Deve-se, em segundo lugar, à sua **extensão**, enquanto materialidade duplamente configurada<sup>11</sup>, o que faz dela uma grande unidade de discurso, constituída de unidades discursivas menores (fonemas/grafemas, morfemas, lexemas, palavras, frases), que só podem ser analisadas se remetidas ao conjunto que integram e do qual recebem a sua significação. Desse

---

<sup>10</sup> *Edição* no sentido de inserção de grifos coloridos nos fac-símiles para destacar elementos analíticos (desde traços amorfos nos rabiscos e traços icônicos nos desenhos até formas linguísticas como letras, sílabas, palavras).

<sup>11</sup> Apesar de a maioria dos recortes serem duplos, há alguns apenas transcritos, sem fac-símiles, casos de leitura em voz alta e/ou de comentários da criança e do outro sobre a língua em sua realização gráfica. Porém, mesmo não tendo dupla configuração, tais recortes não deixam de ser, eles também, formas discursivas complexas.

conjunto, fazem parte tanto a fala e a escrita da criança quanto a fala e, muitas vezes, a escrita do outro (seja um outro presente na locução falada-escrita, caso do adulto quando escreve *pela e para* a criança, seja um outro ausente nessa locução, caso de autores de enunciados lidos, como livros de estorinhas). Nessa direção, o recorte enunciativo assim gerado é uma **unidade dialógica de análise**, pois não se limita ao enunciado escrito infantil – a exemplo da maioria dos estudos em aquisição da escrita –, incluindo as enunciações (faladas e escritas) da criança e do outro. Trata-se, pois, de uma unidade de análise que contempla não somente o produto enunciado em termos de relação forma-sentido, mas igualmente – e sobretudo – o seu complexo processo de enunciação em termos de relação forma-sentido-referência.

Deve-se, em terceiro lugar, à sua **natureza**, cuja complexidade pode ser pensada em termos fenomênicos e em termos teóricos. Em termos fenomênicos, o recorte enunciativo consiste no observatório de um complexo fenômeno de linguagem, a aquisição da escrita, um dos momentos da vida humana de mudanças mais profundas na relação do homem com a língua. Trata-se do observatório não de um fenômeno transparente, que se ofereceria translucidamente à percepção do investigador, mas de um fenômeno opaco, que resiste mesmo a um olhar teórico sensível ao heterogêneo. Em termos teóricos, o recorte enunciativo consiste em uma unidade de análise translinguística, própria à perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita, a qual, como uma perspectiva metassemântica, tem um horizonte teoricamente mais ambicioso do que o de um estudo somente descritivo. Trata-se de um horizonte que visa à produção de um saber sobre o homem, mais especificamente de uma nova explicação para a sua constituição como *homo loquens scriptor*, como homem capaz não apenas de falar, mas também de escrever.

Se minha hipótese anterior estiver correta e se for por meio da unidade de análise translinguística que se pode aceder, empiricamente, ao objeto de estudo em uma perspectiva metassemântica (as relações de interpretância da língua), então é por meio do recorte enunciativo que se pode aceder, empiricamente, ao **objeto de estudo da perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita**: a instauração, na língua, da criança enquanto escrevente e leitora e a instauração, na criança, da língua enquanto sistema de signos e discurso escrito que remodela semiologicamente esse sistema. Esse objeto não é outro senão a relação de auto-interpretância que a língua estabelece consigo própria tanto ao falar de si mesma (como quando, na aquisição da escrita, a fala mais constituída da criança interpreta/significa a sua escrita em constituição) quanto ao objetivar-se formalmente (como quando, na aquisição da escrita, a língua semiotiza-se por meio de uma substância semiológica outra, a substância gráfica).

Conforme Flores e Teixeira (2013, p. 8), com os termos *formas complexas do discurso, análise translinguística, metassemântica e semiologia de segunda geração*, “Benveniste abre seus estudos para além do limite dado pelo que se conhece como sendo normalmente o objeto de estudo da teoria enunciativa – as marcas da enunciação no enunciado”, sinalizando “para a perspectiva de a análise enunciativa ser aplicada a ‘formas complexas do discurso’: obras, textos etc. Isso ainda está por ser desenvolvido”. Nesse “etc.”, inserem-se complexas *variedades do diálogo/formas de troca linguística*, expressões que Benveniste emprega ao se referir à comunhão fática, ao *hain-teny* e ao monólogo, mas que são igualmente válidas para nos referirmos à relação criança-outro na aquisição da escrita como aqui registrada metodologicamente em termos de recorte enunciativo. Ainda segundo Flores e Teixeira (2013, p. 6), trata-se de “aspectos complexos do discurso que incluem fenômenos limite cuja repercussão social é inegável, que exigem da linguística partir de um quadro formal da enunciação, mas que a impedem de se manter no interior desse quadro, dada a complexidade que têm”.

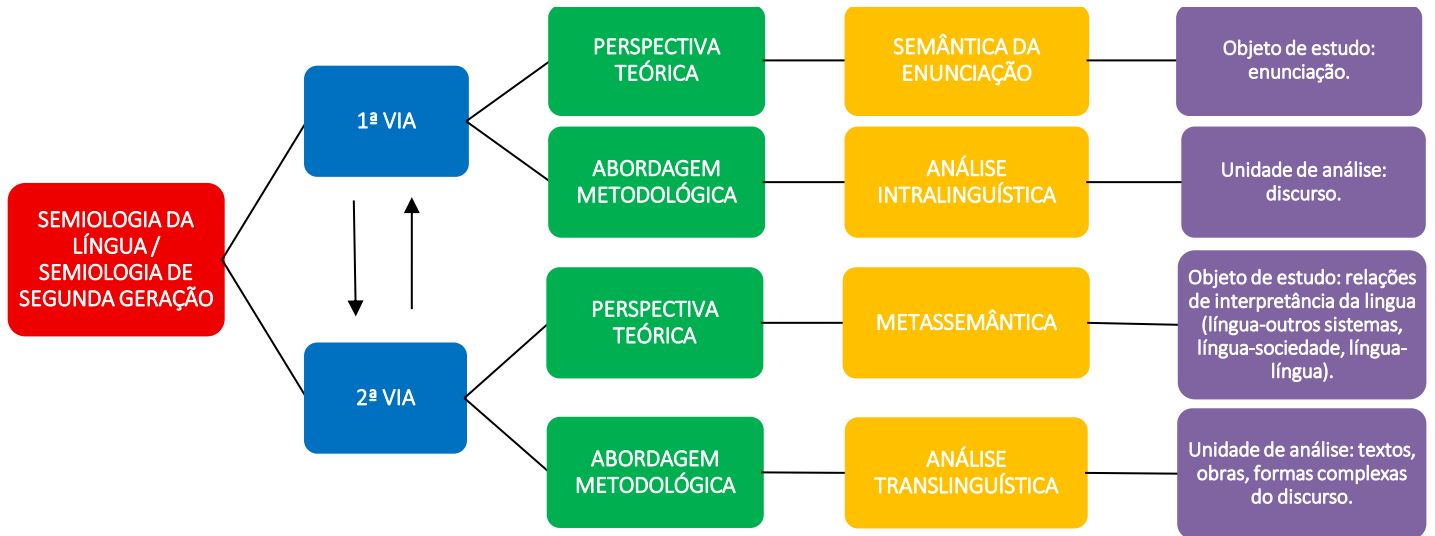
A aquisição da escrita é por mim vista como um desses fenômenos-limite de repercussão social, demandando uma análise que parta do quadro formal de realização da enunciação no discurso (ato, situação, instrumentos), mas que expanda os limites desse quadro, debruçando-se sobre o recorte enunciativo enquanto forma discursiva complexa. Trata-se de uma abordagem metodológica qualitativa, não submetida aos ideais galileanos de replicabilidade experimental, de representatividade populacional e de quantificação dos resultados. A busca da homogeneidade – via controle de variáveis, grandes populações, regularidades frequenciais – cede lugar, assim, à busca da heterogeneidade – via acompanhamento de poucos indivíduos, com foco na diversidade, na singularidade e na imprevisibilidade de dados coletados em contextos reais de interação e no decorrer de um longo período da trajetória linguística dos indivíduos acompanhados. Com essa proposta, penso que apresento um desenvolvimento possível (mas, obviamente, não o único) do programa semiológico por Benveniste apenas anunciado<sup>12</sup>.

O Diagrama 2, a seguir, sintetiza a leitura aqui esboçada sobre as questões da semântica da enunciação e da metassemântica *em e a partir de* Benveniste.

---

<sup>12</sup> A esse respeito, cabe recordar propostas que, em outros campos que não o da aquisição, buscaram desenvolver o programa semiológico benvenistiano, como a semanálise de Julia Kristeva, a poética de Henri Meschonnic e a análise textual dos discursos de Jean-Michel Adam (*cf.* Rosário, 2018).

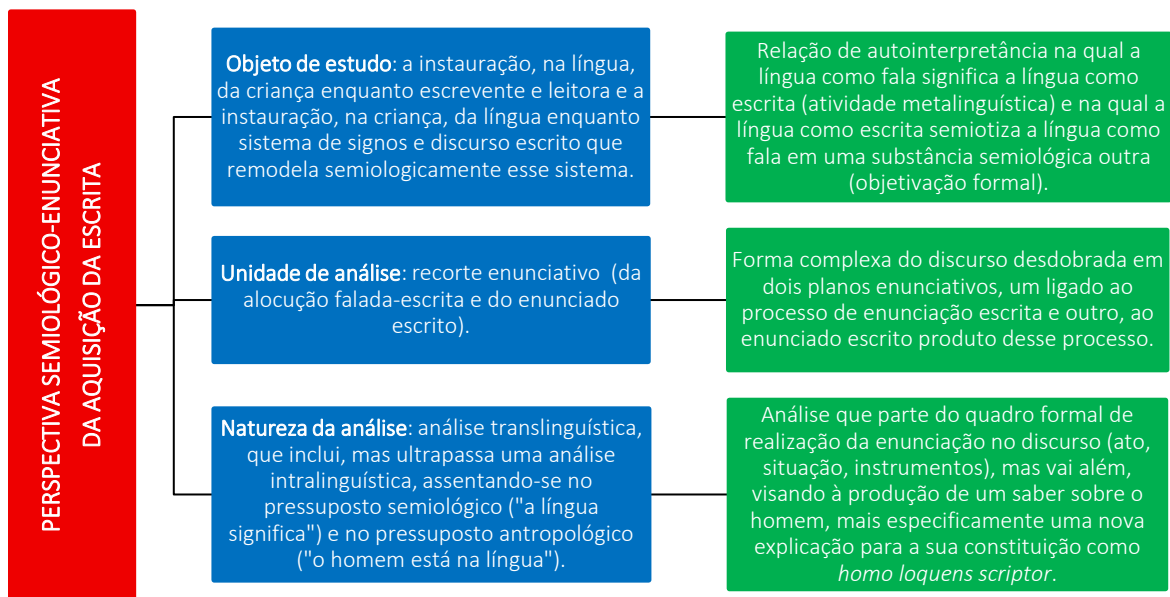
**Diagrama 2** – Síntese da leitura sobre a semântica da enunciação e a metassemântica<sup>13</sup>.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Já o Diagrama 3 sintetiza, a seguir, os desdobramentos da leitura anterior em minha proposta de entendimento do vir a ser escrevente.

**Diagrama 3** – Desdobramentos na perspectiva semiológico-enunciativo da aquisição da escrita.



Fonte: Elaborado pelo autor.

<sup>13</sup> As setas entre a 1ª via e a 2ª via indicam a interdependência dessas duas vias da semiologia da língua: a semântica da enunciação desemboca na metassemântica, assim como esta se constrói sobre aquela.

À luz dessa leitura retrospectiva (*em* Benveniste) e prospectiva (*a partir de* Benveniste) sobre a semântica da enunciação e a metassemântica, passemos a uma demonstração empírica da incidência dessa dupla leitura na análise propriamente dita da escrita infantil.

### 3. Quando o teórico encontra o empírico

Por razões de espaço, serão apresentados dois recortes enunciativos somente do *corpus* de uma das crianças, Emanuel (EMA), acompanhado dos seis anos e três meses aos oito anos e nove meses. Após a apresentação dos recortes, procederei a uma breve análise destes.

#### Recorte enunciativo 1a – Alocução falada-escrita

<b>Idade da criança:</b>	7;1.15.
<b>Participantes:</b>	EMA (criança); GIO (investigador); MÃE.
<b>Situação:</b>	EMA está em sua casa, sentado à mesa da sala de jantar, onde desenha e escreve enquanto dialoga com GIO.
<b>Com (Comentário):</b>	EMA escreve, sem dificuldades, as palavras “árvore” e “casa”, mas hesita na grafia de “nuvem”. EMA: vem vem [= sussurra a sílaba final da palavra “nuvem” após escrever a inicial como “lu”] GIO: pronuncia alto a palavra pra tu ouví EMA: VEEEM <u>veeem</u> @@@ Com: EMA escreve “van”, formando “luvan”, mas logo estranha o que escreveu. EMA: “luvão” [= lê “van” como “vão” e sorri para GIO] GIO: “luvão”? [= ri] é assim? [= continua rindo] Com: Sorrindo, EMA nega com um meneio de cabeça. GIO: é só tu pronuncia as sílabas alto / “nuuu...”? EMA: <N> <U> GIO: <N> <U>! Com: EMA escreve “mu” em vez de “nu”. GIO não o corrige. [...] GIO: “veeem” EMA: “veeem” [= esboça um semblante pensativo] <V> <E> <N> GIO: isso! @ na verdade é <M>, né? @ porque sempre em final de palavra é <M> Com: EMA assente, mas mantém o <N>, formando “muven”.

#### Recorte enunciativo 1b – Enunciado escrito



### Recorte enunciativo 2a – Alocução falada-escrita

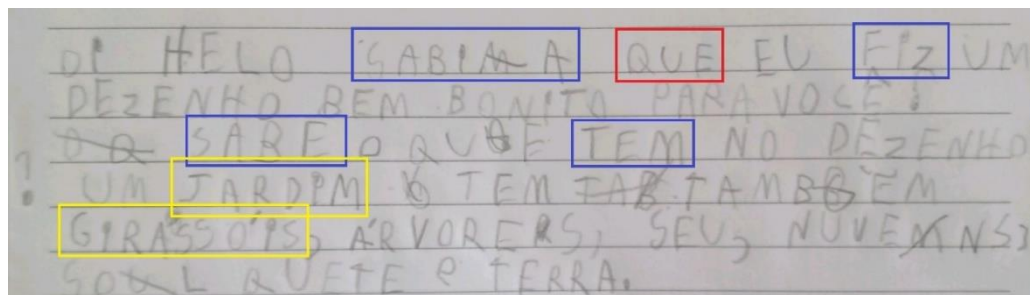
**Idade da criança:** 8;5.10.  
**Participantes:** EMA (criança); HEL (criança); GIO (investigador).  
**Situação:** EMA está na casa de GIO, sentado à mesa da sala de jantar, onde escreve um bilhete para uma bebê da família apelidada “Helô” e descreve, nesse bilhete, um desenho que fez para ela.

EMA: ô, Giovane  
GIO: hum?  
EMA: XXX [= faz uma pergunta ininteligível] acho que ela não vai entendê só com um “que” né?  
GIO: vamo vê  
Com: GIO levanta-se do assento ao lado de HEL e vai até EMA.  
GIO: vô tê que lê pra te ajudá  
EMA: não, assim ó / é só botá um “que”, assim ó? [= aponta para a conjunção “que”, *cfe.* grifo vermelho no recorte 2c]  
GIO: “oi Helô sabia QUE...” [= lê o início do enunciado] acho que sim @ continua / “queee” [...]  
GIO: e agora conta pra ela o quê que tem @ “sabe o que tem no desenho? um lindo jardim”  
EMA: é com <J>?  
GIO: ãrrã @ “jar” “jar” “jar” [= repete a sílaba inicial da palavra]  
EMA: jar-jar-dim [= silaba a palavra enquanto a escreve, *cfe.* grifo amarelo no recorte 2c] [...]  
EMA: como que escreve?  
GIO: “girassóis”?  
Com: EMA assente com a cabeça  
GIO: como tu acha que escreve?  
EMA: <J>?  
GIO: aí é <G>  
EMA: é <G>?  
GIO: ãrrã, é porque “jardim”, “girassóis” parece próximo, né? é <G> do meu nome, de “Giovane” [...]

### Recorte enunciativo 2b – Enunciado escrito



### Recorte enunciativo 2c – Enunciado escrito



No recorte enunciativo 1, o primeiro aspecto que se destaca concerne à representação gráfica de um mesmo referente via “iconização do pensamento” e “verbalização idiomática” (Benveniste, 2014 [1969], p. 132-133). Trata-se, no recorte 1b, das **representações icônicas** e das **representações linguísticas** das nuvens, das árvores, da casa e da terra. Segundo Benveniste, a “iconização do pensamento suporia provavelmente uma relação de outra espécie entre o pensamento e o ícone do que aquela entre o pensamento e a fala, uma relação menos literal, mais global” (Benveniste, 2014 [1969], p. 133). No caso das representações icônicas, trata-se dos desenhos dos referentes enquanto relações globais pensamento-ícone. No caso das representações linguísticas, trata-se das legendas dos referentes desenhados enquanto relações literais pensamento-fala (esta convertida em escrita, em “letra”). O termo “literal” tem uma dupla acepção na teorização semiológica benvenistiana: (1) uma acepção vinculada às ideias de *letra* e de *literalização*; (2) uma acepção vinculada à ideia de *analítico* em oposição à ideia de *global*. Ambas as acepções estão em jogo no recorte 1b, marcado que é pelo contraste entre, por um lado, os **traços globais dos desenhos** das nuvens, das árvores, da casa e da terra e, de outro lado, os **traços literais das palavras** “muven”, “luvan”, “arvore”, “casa” e “tera”.

O segundo aspecto que se destaca, no recorte enunciativo 1, diz respeito à grafia dos lexemas “arvore”, “casa” e “nuvem”. EMA escreve facilmente os dois primeiros, mas se vê às voltas com o registro gráfico do terceiro. Das tentativas desse registro, resultam as formas “luvan” e “muven”, das quais a primeira é estranhada pela própria criança (“EMA: ‘luvãõ’ [= lê ‘van’ como ‘vão’ e sorri para GIO] GIO: ‘luvãõ’? [= ri] é assim? [= continua rindo] Com: Sorrindo, EMA nega com um meneio de cabeça”). Esse estranhamento deve-se ao **não reconhecimento**, pela criança, da forma “luvan” como um signo de sua língua materna. Conforme Benveniste (2006 [1966/1967], p. 227), o signo “é dotado de significação na comunidade daqueles que fazem uso de uma língua [...]. É no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe”. Um dos exemplos fornecidos pelo linguista (e já comentado anteriormente) é ilustrativo a esse respeito: “A entidade considerada significa? A resposta é sim, ou não. Se é sim, tudo está dito e registre-se; se é não, rejeitemo-la e tudo está dito também. ‘Chapéu’ existe? Sim. ‘Chaméu’ existe? Não” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 227). O estranhamento relativamente à forma “luvan” deve-se ao fato de EMA **não a reconhecer como um signo lexical do português brasileiro**, quer dizer, como uma unidade significante no interior e no uso dessa língua. “Nuvem” existe? Sim, mesmo sendo grafada “muven” (uma questão ortográfica e não semiótica). “Luvan” existe? Não.

Já no recorte enunciativo 2, um primeiro aspecto que se destaca concerne à primeira ocorrência da forma conjuntiva “que” (*cf.* grifo vermelho no recorte 2c) e às formas verbais

“sabia”, “fiz”, “sabe” e “tem” (*cf.* grifos azuis no recorte 2c). Após selecionar e atualizar a conjunção “que”, a criança hesita quanto a tais seleção e atualização (“EMA: é só botá um ‘que’, assim ó? [= aponta para a conjunção ‘que’]”), hesitação que não se repete na seleção e na atualização dos verbos “sabia”, “fiz”, “sabe” e “tem”<sup>14</sup>. Em “A forma e o sentido na linguagem” (1966/1967), Benveniste sustenta que “as palavras que estão dispostas na cadeia e cujo sentido resulta precisamente da maneira em que são combinadas não tem senão empregos”, ao que acrescenta: “O sentido de uma palavra consistirá na sua capacidade de ser integrante de um sintagma particular e de preencher uma função proposicional” (BENVENISTE, 2006 [1966/1967], p. 232). A esse respeito, cabe pontuar que, para o linguista, o **sintagma** é a “estrutura formal” do domínio semântico, podendo ser entendido tanto como o próprio discurso (frase/enunciado) quanto como um segmento deste (palavra, grupo de palavras ou, mesmo, um período sintático no interior de um enunciado com mais períodos desse tipo). Segundo o autor, “Tudo aí [no domínio semântico] é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do enunciado destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada” (Benveniste, 2006 [1966/1967], p. 232).

Como elementos do enunciado escrito do recorte 2c, a forma conjuntiva “que” e as formas verbais “sabia”, “fiz”, “sabe” e “tem” cumprem destinos diferentes na transmissão do **sentido global** desse enunciado. Tais destinos têm a ver com os **sentidos locais** (funções proposicionais) de que se revestem as formas em questão na cadeia frasal: o emprego gramatical da conjunção e o emprego tanto gramatical quanto lexical dos verbos. O emprego gramatical da conjunção é responsável pela relação integrativa entre o sintagma “sabia” e o sintagma “eu fiz um desenho bem bonito para você?”: “oi Helo **sabia que** eu fiz um desenho bem bonito para você?”. Por sua vez, o emprego gramatical e lexical dos verbos é responsável por uma relação, a um só tempo, integrativa e referencial. Isso porque tais formas verbais não só garantem a integração interna dos sintagmas “oi Helo **sabia que** eu **fiz** um desenho bem bonito para você?” e “**sabe** o que **tem** no desenho?”, mas também predicam uma realidade partilhada com o *tu* implantado no enunciado escrito (“Helo”).

Em outro artigo, intitulado “A frase nominal” (1950), ao distinguir o nome e o verbo, Benveniste define este como “o elemento indispensável à constituição de um enunciado assertivo finito”, enunciado que “possui ao menos dois caracteres formais independentes: 1.º é produzido entre duas pausas; 2.º tem uma entonação específica, ‘final’, que se opõe em cada

---

<sup>14</sup> A rasura de <M> e a sua substituição por <A> em “sab**ima**” (*cf.* primeiro grifo azul no recorte 2c) devem-se a uma correção por EMA feita ao reconhecer o erro na atualização gráfica da forma verbal em questão. Não se trata, pois, de hesitação relacionada à seleção grafemática.

idioma a outras entonações igualmente específicas (suspensiva, interrogativa, exclamativa, etc.)” (Benveniste, 2005 [1950], p. 166). Com tais definições de *verbo* e de *enunciado assertivo finito*, o linguista prossegue em sua argumentação:

No seio do enunciado assertivo, a função verbal é dupla: **função coesiva**, que consiste em organizar numa estrutura completa os elementos do enunciado; **função assertiva**, que consiste em dotar o enunciado de um predicado de realidade. [...] Assim, a estrutura sintática da asserção finita permite distinguir dois planos: o **plano da coesão gramatical**, em que o verbo serve de elemento coerente, e o **plano da asserção de realidade**, em que o verbo recebe a sua função de elemento assertivo. O verbo, num enunciado assertivo finito, possui essa dupla capacidade. (Benveniste, 2005 [1950], p. 167, negritos meus).

Embora Benveniste pareça restringir, à asserção, essa dupla capacidade/função (coesiva e assertiva) do verbo, não parece haver razões para não a estender à interrogação, a qual também “implica uma referência do enunciado a uma ordem diferente, que é a ordem da realidade” (Benveniste, 2005 [1950], p. 167). Afinal, quando Emanuel pergunta a Helô se ela sabe que ele lhe fez um desenho bem bonito e se ela sabe o que tem no desenho, ele está não somente perguntando, mas igualmente asseverando dois fatos: o de que ele fez um desenho bem bonito e o de que há “coisas” nesse desenho. Talvez seja a pregnância do verbo, devido ao seu papel estruturante em termos tanto de coesão gramatical (**relação integrativa**) quanto de asserção de realidade (**relação referencial**), que justifique o fato de a criança não hesitar nem durante nem após a seleção das formas “sabia”, “fiz”, “sabe” e “tem”. Em contrapartida, a sua hesitação imediatamente posterior à seleção da forma “que” talvez se deva ao fato de esta ser uma forma gramatical, que cumpre apenas uma função coesiva no seio do enunciado, de maneira que não é, para o pequeno escrevente, tão pregnante quanto o verbo em sua função simultaneamente coesiva e referencial.

O segundo aspecto que se destaca, no recorte enunciativo 2, diz respeito às formas nominais “jardim” e “girassóis” (*cf.* grifos amarelos no recorte 2c). Na seleção dessas palavras, EMA esbarra na **correspondência grafofônica** entre o grafema inicial de cada uma das duas – no caso da primeira, <J> e, no caso da segunda, <G> – e o fonema que a esses grafemas iniciais corresponde – em ambos os casos, o fonema /ʒ/ (“GIO: e agora conta pra ela o quê que tem @ ‘sabe o que tem no desenho? um lindo jardim’ EMA: é com <J>? GIO: ãrrã [...] EMA: como que escreve? GIO: ‘girassóis’? Com: EMA assente com a cabeça. GIO: como tu acha que escreve? EMA: <J>? GIO: aí é <G> EMA: é <G>? GIO: ãrrã, é porque ‘jardim’, ‘girassóis’ parece próximo, né? é <G> do meu nome, de ‘Giovane’”). A hesitação da criança deve-se, aqui, ao aparente reconhecimento de que as relações entre as unidades fone-

máticas e as unidades grafemáticas de sua língua materna não são todas da ordem da **transparência**, situando-se certas dessas relações na ordem da **opacidade**.

De acordo com Chacon e Pezarini (2018, p. 3), são *relações transparentes* as relações fonemas-grafemas “que compreendem as correspondências biunívocas” e são *relações opacas* as relações fonemas-grafemas “que compreendem tanto as correspondências que podem ser previstas por contextos fonológico-ortográficos, quanto as que são concorrentes, isto é, que não podem ser previstas e devem ser memorizadas”. A relação entre o fonema /ʒ/ e os grafemas <J> e <G> é pelos autores inserida no segundo grupo. Já Soares (2017) refere-se às relações opacas previsíveis por contextos fonológico-ortográficos como *relações regulares contextuais* e às relações opacas concorrentes/não previsíveis, como *relações irregulares*. A relação entre o fonema /ʒ/ e os grafemas <J> e <G> é pela autora caracterizada como uma relação, ao mesmo tempo, regular contextual e irregular: “Pode-se considerar que antes das vogais A, O, U a representação do fonema /ʒ/ pelo grafema J constitui uma regularidade contextual; já antes das vogais E e I, a alternância J e G torna a relação irregular” (Soares, 2018, p. 302). Devido à imprevisibilidade das *relações opacas*, Chacon e Pezarini (2018) observam que elas devem ser memorizadas. Na mesma direção, Soares (2017) afirma que tais relações – por ela designadas *relações irregulares* – precisam ser explicitamente ensinadas à criança.

Fruto de ensino explícito ou não, o reconhecimento, pela criança, da opacidade dessas relações passa, a meu ver, por um reconhecimento das **relações distribucionais** dos fonemas e dos grafemas de sua língua. A noção de *distribuição* aqui evocada é aquela de Benveniste: “[...] nada nos permitiria definir a distribuição de um fonema [e de um grafema], as suas latitudes combinatórias de ordem sintagmática e paradigmática, portanto a realidade mesma do fonema [e do grafema], se não nos referíssemos sempre a uma *unidade particular* do nível superior que o contém”, de maneira que, “Se o fonema [e o grafema] se define, é como constituinte de uma unidade mais alta, o morfema” (Benveniste, 1966 [1962/1964], p. 123, acréscimos meus). É a língua em funcionamento nas práticas sociais de escrita e de leitura, realizadas na instituição escolar e fora dela, que leva a criança a se instaurar nas **relações distribucionais** das unidades grafemáticas e, também, nas **relações integrativas** que definem essas unidades como constituintes de unidades mais altas – morfemas, sim, mas também sílabas<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> A noção de *sílabas* não comparece na reflexão por Benveniste empreendida em “Os níveis da análise linguística” (1962/1964). É, no entanto, uma noção que se impõe fenomenicamente na análise da escrita infantil. Neste artigo, como em minha tese (Oliveira, 2022), estou considerando a sílaba como uma unidade com um nível que lhe é próprio: o silábico. Contudo, o estatuto de tais unidade e nível merece uma discussão mais detida no âmbito da perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita.

É o caso do grafema <J> na sílaba “jar”, em cuja estrutura a sua posição anterior à do grafema <A> torna o <J> o único grafema admissível como correspondente, nesse contexto silábico, ao fonema /ʒ/ (“EMA: é com <J>? GIO: ãrrã @ ‘jar’ ‘jar’ ‘jar’ [= repete a sílaba inicial da palavra] EMA: jar-jar-dim [= silaba a palavra enquanto a escreve]”). Aqui, com Benveniste, poder-se-ia perguntar e já responder: “De onde vem a autoridade dessa decisão? Da condição lingüística do *sentido* ao qual deve satisfazer a delimitação da unidade de nível superior” (Benveniste, 2005 [1962/1964], p. 130). “Jardim” tem sentido, “gardim” não tem. Ao **critério distribucional** (as unidades estão combinadas em posições e em sequências admissíveis associativa e sintagmaticamente?), junta-se, então, a **condição lingüística do sentido** (as unidades combinadas permitem delimitar uma unidade superior que as conteria?). Essa junção mostra que o sentido é “a condição fundamental que deve preencher toda unidade de todo nível para obter estatuto lingüístico” (Benveniste, 1966 [1962/1964], p. 122). Afinal “o fonema [e o grafema] só tem valor como discriminador de signos lingüísticos [silábicos, morfemáticos e lexemáticos] e o traço distintivo, por sua vez, como discriminador dos fonemas [e dos grafemas]” (Benveniste, 1966 [1962/1964], p. 122). Já no caso de palavras como “girassóis”, na insuficiência do recurso a relações distribucionais (visto não haver, em configurações ortográficas como essa, previsibilidade contextual na sílaba inicial) e a relações integrativas (visto a troca dos grafemas, no caso <G> por <J>, não alterar o “sentido” da palavra em questão), a “memória da experiência” (Benveniste, 1966 [1952], p. 60) impõe-se, à criança, como condição de sua instauração nessas **zonas opacas da ortografia** de sua língua.

Distantes entre si um ano e quatro meses, os recortes enunciativos 1 e 2 são representativos de distintos momentos de Emanuel em sua trajetória de não escrevente a escrevente. Em ambos os recortes, há uma relação entre a escrita icônica e a escrita literal em termos de legendagem. Porém, se, no recorte 1, a legendagem se dá com palavras lexicais “soltas” que dividem o espaço gráfico da mesma folha com os referentes desenhados que legendam (“muven”, “luvan”, “arvore”, “casa” e “tera”), no recorte 2, a legendagem se dá tanto com palavras lexicais quanto com palavras gramaticais, sintagmatizadas em folha à parte daquela dos desenhos, sintagmatização que permite a delimitação de três períodos sintáticos, duas interrogações e uma asserção (“OI HELO SABIMA QUE EU FIZ UM DEZENHO BEM BONITO PARA VOCÊ ? ~~Θ~~ ~~Q~~ SABE O QU~~Θ~~E TEM NO DEZENHO ? UM JARDIM ~~Θ~~ TEM ~~TAB~~ TAMBBÊM GIRÁSSÓIS, ÁRVORERS, SEU, NUVEMNS, SO~~U~~L QUETE E TERRA”).

Entre um recorte e outro, são identificáveis três mudanças gerais. A primeira mudança consiste na passagem da enunciação escrita sem implantação de alocutário explícito à enunciação escrita com explicitação de alocutário: se, no recorte 1, o enunciado escrito a ninguém é

endereçado, no recorte 2, o enunciado escrito destina-se a um outro (Helô). A segunda mudança consiste na passagem do *aqui-agora* da alocação falada à complexa rede de relações espaço-temporais desdobrada pela alocação escrita: se, no recorte 1, a criança ainda está muito “colada” à situação imediata de enunciação e ao outro fisicamente presente (GIO), no recorte 2, ela se “descola” um pouco (ainda que não totalmente) de tais situação e outro empíricos, projetando via enunciação escrita uma alocação e um alocutário discursivamente representados. A terceira mudança consiste na passagem do reconhecimento *da* à ação *sobre* a escrita como um todo constituído de partes: se, no recorte 1, predominam lexemas isolados, no recorte 2, predominam as relações entre unidades lexicais e unidades gramaticais, além de procedimentos acessórios próprios à enunciação escrita, como sinais de pontuação (vírgula, ponto de interrogação, ponto final).

Do ponto de vista da produção de um saber sobre o *homo loquens scriptor*, tais mudanças gerais podem ser remetidas a duas macro-operações semiológico-enunciativas de aquisição da escrita. A primeira e a segunda mudanças, de caráter mais enunciativo, situam-se no âmbito da **operação de desdobramento do funcionamento do discurso escrito**, um funcionamento que vai se desdobrando tanto em termos dialógicos (com a implantação de alocutários reais ou imaginados, individuais ou coletivos) quanto em termos referenciais (com a retomada, a projeção e a simulação de acontecimentos). Já a terceira mudança, de caráter mais semiológico, situa-se no âmbito da **operação de discretização do aparelho formal da enunciação escrita**, um aparelho que vai se discretizando conforme a criança enquanto escrevente e leitora vai se tornando mais sensível às relações entre o contínuo e o discreto dos níveis e das unidades linguísticas.

## Conclusão – ou sobre uma semântica da criança animada e manifesta por sua escrita

Em uma certa linguística, sobretudo aquela que se proclama “moderna”, somente a língua é o objeto da linguística [...]. Mas, para o linguista que não ~~separa~~ <suprime>, do universo ~~um~~ linguístico, <o uso feito da língua> o fenômeno da linguagem, <a maneira como> o homem <é> animado e manifesto por sua linguagem, ~~é também~~ ~~representa~~ traz inúmeros temas de reflexão [...]. (Benveniste *in* Ono, 2012, p. 78-79).

A citação em epígrafe consta em nota manuscrita<sup>16</sup> de Émile Benveniste que faz eco à citação que serve de epígrafe à seção 1 deste artigo. Em ambas, faz-se ouvir uma voz crítica a linguísticas dedicadas apenas às formas da língua (primeira epígrafe) ou ao sistema linguístico (segunda epígrafe) e alheias ao sentido (primeira epígrafe) ou ao uso da língua (segunda epígra-

<sup>16</sup> Daí marcas gráficas como ~~riscado~~ e colchetes angulados <>.

fe). Entretanto, o tom denunciador dessas citações não deve fazer crer que Benveniste é um “linguista do sentido” ou do “uso”. Não se pode esquecer as rubricas com que Normand (2009 [1996], p. 160) sistematiza a teoria da linguagem benvenistiana: “[...] aplicar o método saussuriano a todas as descrições concretas, jamais separando forma e sentido; tentar, nesse caso, apreender o papel da significação na língua; ampliar essas marcas a uma teoria do sentido e do sujeito”. Não se trata, então, só do sentido ou só do uso, mas das relações forma-sentido e sistema-uso ou, melhor, das relações forma-sentido no sistema (domínio semiótico, o da significância dos signos) e forma-sentido-referência no uso do sistema (domínio semântico, o da significância da enunciação).

Essa dupla significância é a pedra de fundação da semiologia da língua/semiologia de segunda geração, a qual se desdobra em duas perspectivas teóricas e em duas abordagens metodológicas. Há, de um lado, a perspectiva da semântica da enunciação, com a abordagem da análise intralinguística do discurso, e, de outro lado, a perspectiva da metassemântica, com a abordagem da análise translinguística das formas complexas do discurso (textos, obras, sim, mas também múltiplas variedades do diálogo/formas de troca linguística). Assim, “Com o programa de uma linguística alargada ao diálogo, a semiologia [...] encontra necessariamente a dimensão da comunicação”, que resgata “dois excluídos do programa saussuriano, o *sujeito* e o *referente*” (Normand, 1989, p. 149).

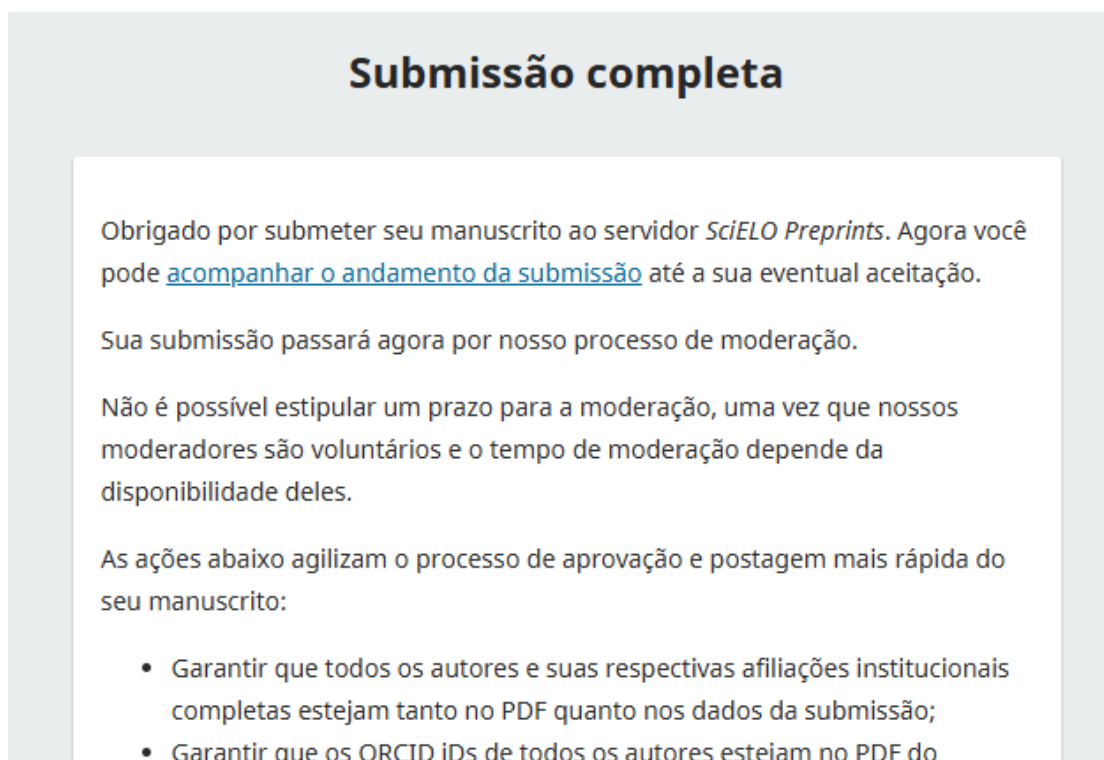
Se Benveniste *partiu* de Saussure, mas *foi além* dele no estudo da significância linguística, neste artigo, *partiu* de Benveniste, mas busquei *ir além* dele, propondo um desenvolvimento possível de seu programa semiológico. Um tal desenvolvimento requer uma leitura, a um só tempo, retrospectiva e prospectiva das ideias do autor, tomando-o como ponto de partida para a produção do novo – neste caso, do novo em matéria de aquisição da língua. Nessa direção, minha proposta de entendimento do vir a ser escrevente pôde ser aqui caracterizada metodologicamente em termos de perspectiva teórica, objeto de estudo, abordagem metodológica e unidade de análise.

Trata-se de uma perspectiva metassemântica, cujo objeto de estudo é a instauração, na língua, da criança enquanto escrevente e leitora e a instauração, na criança, da língua enquanto sistema de signos e discurso escrito que remodela semiologicamente esse sistema; e cuja abordagem metodológica é uma análise translinguística de recortes enunciativos enquanto formas complexas do discurso desdobradas em dois planos, um plano ligado ao processo de enunciação escrita (que inclui o diálogo criança-outro) e outro plano ligado ao enunciado escrito produto desse processo. Tal análise parte do quadro formal de realização da enunciação no discurso (ato, situação, instrumentos), mas vai além, visando à produção de um saber sobre

o homem, mais especificamente uma nova explicação para a sua constituição como *homo loquens scriptor*. Parafraçando a epígrafe, poder-se-ia dizer dessa perspectiva que se trata de uma semântica da criança animada e manifesta por sua escrita.

### **Link para *Preprint* (obrigatório)**

O *preprint* foi submetido ao repositório *SciELO Preprints*, porém ainda não foi aceito. Envio, a seguir, um print da submissão e solicito a compreensão da equipe editorial. Assim que o *preprint* for aceito, enviarei o link via plataforma de submissão da Revista da ABRA-LIN.



**Submissão completa**

Obrigado por submeter seu manuscrito ao servidor *SciELO Preprints*. Agora você pode [acompanhar o andamento da submissão](#) até a sua eventual aceitação.

Sua submissão passará agora por nosso processo de moderação.

Não é possível estipular um prazo para a moderação, uma vez que nossos moderadores são voluntários e o tempo de moderação depende da disponibilidade deles.

As ações abaixo agilizam o processo de aprovação e postagem mais rápida do seu manuscrito:

- Garantir que todos os autores e suas respectivas afiliações institucionais completas estejam tanto no PDF quanto nos dados da submissão;
- Garantir que os ORCID iDs de todos os autores estejam no PDF do

### **Conflito de Interesse (obrigatório)**

O autor não tem conflitos de interesse a declarar.

### **Protocolo e Pré-Registro de Pesquisa (obrigatório)**

Confirmo a avaliação dos roteiros Equator Network e reporto que nenhum roteiro foi relevante para este trabalho.

Indico, ainda, que a pesquisa conduzida foi pré-registrada em um repositório institucional independente, o *LUME – Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, conforme o link <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/257970>. Não houve, porém, inclusão de plano de análise no pré-registro.

### **Declaração de Disponibilidade de Dados (obrigatório)**

Os dados, os códigos e os materiais que suportam os resultados deste estudo estão disponíveis apenas para consulta no *LUME – Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, através do link <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/257970>, mas não podem ser reutilizados sem autorização prévia do pesquisador, o qual foi o único a obter autorização – tanto dos responsáveis legais dos participantes da pesquisa quanto das instâncias institucionais de ética em pesquisa – para utilizar os dados em questão.

### **Ética**

A presente pesquisa foi aprovada, quanto aos seus aspectos éticos e metodológicos, pela Comissão de Pesquisa em Letras (COMPESQ) e pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), credenciado junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Essa aprovação (Parecer Consubstanciado CA-EE 11394419.5.0000.5347) inclui a veiculação do nome próprio – em virtude da primazia deste na aquisição da escrita – das crianças participantes da pesquisa.

Quanto à exigência da *SciELO Preprints* sobre a descrição dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, estes constam descritos nos apêndices do presente texto. Trata-se de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) propriamente dito, endereçado aos pais das crianças (*cf.* Apêndice A), e de um Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), endereçado às crianças.

### **Fontes de financiamento**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## Referências

- ARESI, Fábio. **A relação entre língua e sociedade na reflexão teórica de Émile Benveniste**. 2020. 285 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- BENVENISTE, Émile. **Problèmes de linguistique générale 1**. 1. ed. Paris: Gallimard, 1966.
- BENVENISTE, Émile. **Problèmes de linguistique générale 2**. 1. ed. Paris: Gallimard, 1974.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.
- BENVENISTE, Émile. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014 [1968-1969/2012].
- BRUNET, Émilie; MAHRER, Rudolf. (Orgs.). 1. ed. Réceptions actuelles des *Problèmes de linguistique Générale*. Paris : L’Harmattan, 2011, 309 p.
- CHACON, Lourenço; PEZARINI, Isabela de Oliveira. Gradiência na correspondência fonema/grafema: uma proposta de caracterização do desempenho ortográfico infantil. *In*: CÉSAR, Alexandra Beatriz Portes de Cerqueira; SENO, Marília Piazzzi; CAPELLINI, Simone Aparecida. (Orgs.). **Tópicos em transtornos de aprendizagem**: parte IV. 1. ed. São José dos Campos: Pulso, 2018, p. 165-177.
- FENOGLIO, Irène. **Émile Benveniste**: a gênese de um pensamento. 1. ed. Brasília: Editora da UnB, 2019, 305 p.
- FLORES, Valdir do Nascimento. Semântica da Enunciação. *In*: JUNIOR, Celso Ferrarezi; BASSO, Renato (Orgs.). **Semântica, semânticas**: uma introdução. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 89-104.
- FLORES, Valdir do Nascimento. **Saussure e Benveniste no Brasil**: quatro aulas na École Normale Supérieure. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017, 112 p.
- FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. As perspectivas para o estudo das formas complexas do discurso: atualidades em Émile Benveniste. **ReVEL**, Porto Alegre, edição especial, n. 7, p. 1-14, 2013.
- LAPLANTINE, Chloé. **Émile Benveniste** : poétique de la théorie. Publication et transcription des manuscrits inédits d’une poétique de Baudelaire. 2008. 329 f. Thèse (Doctorat en Linguistique) – Université Paris 8, Paris, 2008.
- NORMAND, Claudine. Constitution de la sémiologie chez Benveniste. **Histoire Épistémologique Langage**, tomo 11, fascículo 2, p. 141-169, 1989.
- NORMAND, Claudine. **Convite à Linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. **Do homo loquens ao homo loquens scriptor**: por uma perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita. 2022. 428 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. Saussure, Benveniste e a referência. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 26, n. 2, maio-ago. 2023, 426-455, p. 2023.

ONO, Aya. **La notion d'enonciation chez Émile Benveniste**. Limoges: Lambert-Lucas, 2007, 236 p.

ONO, Aya. “Le nom c’est l’être”. **Genesis**, v. 35, p. 76-86, 2012.

ROSÁRIO, Heloisa Monteiro. **Um périplo benvenistiano**: o *semiólogo* e a *semiologia da língua*. 2018. 173 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

TEIXEIRA, Marlene (2012a). O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 8, n. 1, p. 71-83, jan.-jun., 2012.

TEIXEIRA, Marlene (2012b). O ato enunciativo e a instauração da experiência de trabalho de profissionais de enfermagem. **Moara**, Belém, n. 38, p. 37-53, jul.-dez. 2012.

TEIXEIRA, Marlene; MESSA, Rosângela Markmann. Émile Benveniste: uma semântica do homem que fala. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 97-116, jun./dez. 2015.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.